**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Município de Coronel Barros/RS

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre procedimentos e prazos para processamento, julgamento e encaminhamento de denúncias de práticas de condutas vedadas durante o processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Gestão 2024-2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Barros/RS, órgão deliberativo, normativo, consultivo, controlador e fiscalizador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações e Lei Municipal 1.903 de 22 de Dezembro de 2015, em Reunião Ordinária realizada no 25 de Agosto de 2023, às 10h :00min, na Sala de reunião do Gabinete do Prefeito , sito à Rua Travessa 20 de Março;

Considerando o disposto no artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal Nº 8.069/90, e suas alterações);

Considerando o disposto no art. 7º inc. VII da Lei Municipal nº 1.903, de 22 de Dezembro de 2015 no que se refere às atribuições de organizar, regulamentar e divulgar a Escolha dos Conselheiros Tutelares;

Considerando as disposições contidas na Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe respectivamente sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares e sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE:

Art. 1º - As denúncias de práticas de condutas vedadas durante o processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Gestão 2024-2028 deverão ser realizadas preferencialmente conforme o

OP.

modelo disponível nesta resolução (Anexo) e protocoladas na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito à Rua Travessa Vinte de Março, nº 001, Coronel Barros/RS, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h.

Art. 2º - Qualquer cidadão morador do Município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar denúncia sobre práticas de condutas vedadas durante o processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Gestão 2024-2028, indicando os elementos probatórios.

Parágrafo único - Serão aceitas denúncias anônimas.

Art. 3º - A Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará a denúncia para a Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares que analisará e poderá realizar diligências que se fizerem necessárias para elucidação dos fatos;

§ 1º A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma da lei;

§ 2º Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da ciência da denúncia;

§ 3º O candidato notificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral;

§ 4º Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 03 (três) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia;

§ 5º O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta.

RP

Art. 4º Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 03 (três) dias úteis, a contar da notificação.

Parágrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

Art. 5º - Serão encaminhadas para o Ministério Público as denúncias recebidas e os encaminhamentos dados pela Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares em consonância com o § 7º do Art. 11. da Resolução 231 do Conanda, que dispõe que o Ministério Público será notificado de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 6º - Havendo indícios da prática de crime, a Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares encaminhará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

Art. 7 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observados os preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal, Edital, na presente Resolução e nos princípios gerais de Direito, analogia e costumes.

Art. 8 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, adotando-se as providências necessárias para sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 9 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Barros/RS, 01 de Setembro de 2023.

Carina G. M. Pinno da Silva

Carina Graciela Meller Pinno da Silva
Gestão 2023-2025

Carina G. M. Pinno da Silva
000.403.540-24
Presidente COMDICA

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Município de Coronel Barros/RS

FORMULÁRIO DE DENÚNCIA REFERENTE AO PROCESSO DE ESCOLHA DE
CONSELHEIROS TUTELARES GESTÃO 2024-2028

IDENTIFICAÇÃO DO DENUNCIANTE

Nome: _____

Email: _____

CPF: _____ RG: _____

Telefone: _____

O solicitante possui alguma deficiência? Se sim, especifique: _____

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO QUE ESTÁ SENDO DENUNCIADO

Nome: _____

À Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do
Município de Coronel Barros/RS:

DESCRIÇÃO DA DENÚNCIA:

Apresenta-se como os elementos probatórios:

Essa denúncia contém anexos?

sim, quais: _____

não.

Assinatura do Proponente

Município de Coronel Barros/RS, _____ de _____ de 2023.